

Organização Eleitoral

# Substitutivo de Prisco pode ter aprovação total

Mesmo provocando muitas discussões e descontentamentos, o substitutivo do deputado Prisco Viana, relator da Comissão de Sistema Eleitoral e Organização Partidária vai ser aprovado em quase sua totalidade. O capítulo que se refere à Segurança e papel das Forças Armadas, com toda a certeza não sofrerá qualquer alteração, enquanto que nas questões de sistema eleitoral e partidos políticos, algumas mudanças podem acontecer, mas, no geral, a proposta de Prisco será aprovada. A opinião é de constituintes descontentes com os rumos tomados pela Comissão, como Paulo Delgado (PT-MG) e Moema São Tiago (PDT-CE). Para eles a relação de forças é bastante desfavorável aos progressistas, arriscando a dizer que entre os 61 votos da Comissão, cerca de 35 estão comprometidos com os conservadores.



Paulo Delgado chamou a atenção para o que ele considera a prova da incoerência do relator Prisco Viana e os compromissos que o mesmo tem. Na questão do mandato presidencial, a subcomissão havia aprovado uma proposta em favor de quatro anos. Prisco disse que a Comissão não poderia fixar mandato de quatro anos para o presidente, mas, fez incluir nas disposições transitórias, um mandato de cinco anos. Para Paulo Delgado, a incoerência mostra que não pode ser tomada como falta de competência, mas, determinação recebida do Planalto. Também em relação ao voto em dois turnos, o deputado do PT disse que houve má-fé e tentativa de apoio a setores mais reacionários. O mesmo critério no sentido de derrotar as forças progressistas, é identificado nas propostas de voto distrital e na criação de partidos políticos, onde o deputado Paulo Delgado enxerga a volta da "fidelidade partidária" e exigências draconianas contra os pequenos partidos.

Agenda — A Comissão recebeu emendas até meia-noite de ontem. As 19 horas haviam entrado 200 emendas. Hoje o relator Prisco Viana examina as emendas, tendo até o dia 11 para apresentar o substitutivo que irá para discussão e votação no plenário da Comissão.

## Comissão reclama do lobby dos militares

A Comissão de Sistema Eleitoral e Organização Partidária foi uma das que sofreu mais pressão dos lobbistas e que, segundo os membros da própria comissão, capitulou mais a esse lobby, principalmente no que se refere ao seu terceiro capítulo, que trata da questão da Segurança Nacional e papel das Forças Armadas. Queixam-se os constituintes que o lobby das Forças Armadas conseguiu ainda na Subcomissão que o relator Ricardo Fiúza adotasse a proposta desejada pelos militares, e que foi mantida por Prisco Viana na Comissão.

Militares das três armas, polícias militares e civis nunca faltaram na sala da Comissão, onde ficam afáveis, conversando muito, mas colocando claramente as suas posições, como na ocasião em que um representante do EMFA falou para a Subcomissão da Questão da Segurança e nada disse aos constituintes, a não ser que as Forças Armadas estavam satisfeitas com o papel que desempenhavam. O senador Iran Saraiva chegou a protestar, mas o presidente José Tavares contornou o problema. Mais tarde o relator Ricardo Fiúza e a maioria conservadora da Subcomissão garantiram a aprovação.

Sistematização

## Computador ajuda na redução de artigos

Já começou, informalmente, o trabalho de sistematização das principais propostas apresentadas à Constituinte. Para compensar o prazo, muito curto, de que vai dispor para concluir o seu primeiro projeto de Constituição, o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, designou quatro deputados e quatro senadores para trabalhar como seus auxiliares. O grupo é coordenado por um quinto deputado, Adolfo de Oliveira, do PL. Eles estão levantando todas as principais propostas contidas nos pareceres das oito comissões temáticas e alimentando com elas os computadores do Prodasen.

«A nossa intenção — informou o deputado Adolfo de Oliveira — é usar os computadores para fazer um cruzamento completo dessas propostas. Assim será possível detectar duplicidades e até triplicidades que nós sabemos que existem. Esperamos ter todos os dados colocados nos computadores apenas algumas horas depois que as comissões temáticas votarem os relatórios, até o próximo dia 15».

Adolfo de Oliveira acredita que o trabalho de cruzar as informações e propostas pode ser feito em, no máximo, 48 horas. Isso significa que, já no dia 17 deste mês, o relator Bernardo Cabral vai ter o resultado desse trabalho sobre sua mesa. Com isso, o grupo de auxiliares do relator espera reduzir bastante o número de artigos da nova Constituição. Se ela tivesse de ser redigida com base na simples transposição dos relatórios das comissões temáticas, o número de artigos passaria de 500.

O primeiro exame que os auxiliares do relator fizeram do trabalho das comissões temáticas, mostrou que existem muitas repetições, mais de uma comissão temática tratou do mesmo assunto, às vezes. Um exemplo é a questão do mandato do presidente da República, que teve duas propostas diferentes, em duas comissões diferentes.

Apesar do esforço dos relatores das comissões temáticas — assinala o deputado Adolfo de Oliveira — os relatórios ainda conservam numerosas propostas não constitucionais. Isto é, propostas que devem ser objeto de legislação comum e que alguns constituintes querem desnecessariamente incluir na nova Constituição.

Outro inconveniente que deve ser eliminado com o cruzamento dos dados é o excessivo detalhamento das propostas. A preocupação do relator Bernardo Cabral vai ser a de colocar na nova Constituição conceitos bem precisos, que não dêem margem a mais de uma interpretação. Mas o detalhamento desses conceitos, assinala Cabral, deve ficar para a legislação complementar.

O grupo de auxiliares do relator é integrado pelos senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), José Inácio Ferreira (PMDB-ES), Wilson Martins (PMDB-MS) e Virgílio Távora (PDS-CE). E pelos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Joaquim Beviláqua (PTB-SP), e Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), sob a coordenação de Adolfo de Oliveira (PL-RJ).

Josemar Gonçalves



Gasparian e Serra discordam sobre atuação de bancos estrangeiros

Finanças

# Serra adverte sobre interesses regionais

Os interesses regionais estão se sobrepondo as questões ideológicas na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, segundo declarou ontem o relator da Comissão, deputado José Serra (PMDB-SP), logo após participar de uma longa discussão em plenário, sobre o relatório da Subcomissão Financeira com o seu relator, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP).

José Serra, considerou que, na qualidade de relator, não pôde conduzir os trabalhos, preocupado com os posicionamentos ideológicos — embora não negue a existência de vários grupos de interesse dentro da comissão —, mas, "pelo que posso observar, a maioria dos parlamentares está com sua atenção voltada especialmente para uma solução constitucional para as diferenças e desequilíbrios regionais".

Essa preocupação está claramente manifestada no número de emendas registradas em favor do capítulo que trata da questão tributária. Foram registradas cerca de 700 emendas sobre os relatórios das subcomissões, comportamento que vem se repetindo em relação ao substitutivo. Das 300 emendas que deram entrada até às 20 horas de ontem, aproximadamente 60 por cento tratavam de questões fiscais.

Informou Serra que os parlamentares estão preocupados com a definição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e com as receitas

tributárias. Há, observou, uma forte pressão no sentido de se descentralizar ao máximo os impostos, a partir da transferência, para os estados, até o Imposto de Renda. No seu entender, a União vai sair perdendo, mas procurará evitar que seja esvasiada em termos de arrecadação. Os desequilíbrios regionais também estão sendo tratados com muito cuidado, disse.

Mudanças

Na tarde de ontem, José Serra dedicou seu tempo a explicar a parte do substitutivo que trata das mudanças na área financeira e que envolve principalmente a atuação dos bancos estrangeiros no Brasil. Gasparian insistiu em criar limitações para essas instituições.

Serra informou que essa questão pode ser solucionada pela fixação de critérios como o da "reciprocidade", dos "acordos internacionais" e os "interesses nacionais". Explicou que o Brasil deveria dar aos bancos estrangeiros as concessões que lhe fossem feitas lá fora, e que, além disso, não se pode perder a perspectiva de que os bancos brasileiros têm interesses em atuar lá fora, seja no financiamento aos seus serviços ou ao comércio. Quanto aos conglomerados bancários, eles terão sua atuação regulada por uma Lei do Sistema Financeiro, que virá depois da Constituição. No mesmo caso enquadram-se as patentes para a criação de instituições financeiras.

# Conservadores estão certos que vencerão

Os parlamentares que integram o grupo conservador na Comissão da Ordem Econômica da Assembleia Nacional Constituinte esvaziaram as reuniões, certos de que conseguirão uma ampla vitória nas votações que se realizarão sábado e domingo, a partir do pedido de destaque para as matérias mais polêmicas, como a definição de empresa nacional, monopólio estatal do petróleo, utilização do solo e entrada de capital estrangeiro no país.

Ontem, ao final da última reunião para a discussão dos pareceres do senador Severo Gomes sobre os princípios gerais da economia, reforma agrária e reforma urbana, enquanto somente quatro parlamentares permaneciam no plenário, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), um dos principais articuladores do grupo conservador, reuniu no Carlton Hotel mais de 12 parlamentares da comissão.

Entre estes estavam Roberto Cardoso Alves, Roberto Campos, Marcos Lima, Gilson Machado, Jalles Fontoura, Renato Jhonson, Saldanha Derzi, Edison Lobão, Manoel Castro, José Ulisses de Oliveira e Jonas Pinheiro. Ao final do encontro, Cardoso Alves calculava que já reunia pelo menos 38 dos 63 integrantes da comissão para votar em bloco e conforme uma filosofia comum de entendimento.

O próprio Cardoso Alves, ressaltando que tratava-se de um ponto de vista particular, resumia assim a filosofia dos conservadores: não impedir que o proprietário recorra ao Judiciário sobre o mérito ou valor da desapropriação; deixar claro que o Estado só pode interferir naqueles setores da economia que não interessem ao capital privado, ou seja, de estrito interesse e segurança nacional; não permitir a Reforma Agrária em terras produtivas, ainda que se muna o Estado de instrumentos para evitar abusos, através da tributação progressiva ou regressiva; e desapropriação das terras pelo valor do mercado, e não pelo imposto territorial.

Cardoso Alves é ainda da opinião que a definição de empresa nacional,

Josemar Gonçalves



Perspectiva anima Cardoso Alves

como está colocada no relatório de Severo Gomes, que só confere este atributo a cidadãos nascidos e residentes no país, só afugenta os capitais estrangeiros. Ele também não abre mão da possibilidade de realização de contratos de risco para a exploração de petróleo em solo brasileiro. E a filosofia do direito de propriedade é de que ela pertence ao cidadão, e não ao Estado. Para o grupo dito progressista, como define o deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), estas posições tornam o relatório de Severo Gomes "intransitável" a nível de comissão, e as discussões serão transferidas ao plenário, mesmo com a ampla possibilidade de vitória dos conservadores.

Agenda — O presidente da Comissão da Ordem Econômica, senador José Lins de Albuquerque, suspendeu as reuniões ordinárias, para que os seus integrantes possam encaminhar emendas, até sexta-feira à noite.